

Natureza e sociedade: questões sobre o olhar de Marx e Lukacs

Cristina Xavier de Almeida Borges
Instituto de Estudos da Complexidade
Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Me proponho a levantar algumas questões a respeito das relações entre natureza e sociedade na obra de Marx, a partir da sua interpretação por Lukács. Inicialmente indago sobre as relações entre o pensamento referido e a transdisciplinaridade no tratamento da questão ambiental; a segunda menciono os vínculos entre a ciência ambiental e a percepção dos dois domínios, natureza e sociedade, como realidades integradas; a terceira focalizo o trabalho como agente dessa integração.

Para discutí-las em conjunto, não parece incorreto resumí-las assim: A concepção das relações entre natureza e sociedade nos termos em que é exposta por Lukács seria um referencial teórico adequado ao tratamento da questão ambiental?

Para começo de discussão, talvez se possa acrescentar: mais do que adequado, a essa compreensão da interação entre os dois domínios - natureza e sociedade -, não seria sempre necessária, pelo menos à melhor avaliação da gravidade e urgência do desastre ecológico mundial.

Tem crescido, parece, a consciência dos interessados pelo problema no sentido de que a questão ecológica não pode ser pensada apenas à luz dos processos biológicos:

“A questão ambiental envolve uma complexidade de relações que se estendem sobre a totalidade da vida social e a forma de pensar essa totalidade...Esta percepção da realidade pressupõe uma inter-relação e interdependência essencial de todos os fenômenos físicos, biológicos, psicológicos, sociais e culturais o que por sua vez, passa a requerer uma abordagem científica mais complexa e dinâmica do que a abordagem disciplinar herdada da ciência moderna.”(Moreira;1993:15)

Do reconhecimento dessa interação entre os dois mundos, o social e o natural através do trabalho, decorrem incontáveis conseqüências da maior complexidade, para os equacionamentos e encaminhamentos de soluções para a questão ambiental, em seus diversos aspectos, pois tornam-se evidentes as implicações político-econômicas dessa problemática. De tal modo que não se pode deixar de considerar estranho que as instâncias políticas detentoras dos poderes de decisão, embora comecem a demonstrar alguma consciência dos perigos que ameaçam a vida do planeta, limitam-se na prática, a tentativas e medidas de pequeno alcance, voltadas, na sua maioria, apenas para a correção dos danos industriais.

É reconhecido hoje que se a crise ambiental neste final de século confunde-se com os problemas do desenvolvimento, agravados pelos vícios que lhe são inerentes, essa crise não poderá ser resolvida apenas por medidas técnicas. A origem das dificuldades é de natureza social e política e é nessa perspectiva que devem ser considerados os problemas ambientais, a começar do seu diagnóstico. Como diz Guatarri:

“Não haverá verdadeira resposta à crise ecológica, a não ser em escala planetária e com a condição de que se opere uma autêntica revolução política, social cultural, que reoriente os objetivos da produção de bens materiais e imateriais.” (1986:9)

Essa abrangência e complexidade da questão ambiental justifica uma articulação entre a ciência ecológica, o tratamento científico transdisciplinar, e, principalmente, suscita o tema da sua abordagem do ponto de vista metodológico.

“A gestão dos ecossistemas e a ecologia humana aplicada tornam-se ...novas tarefas que exigem a confluência de uma multiplicidade de disciplinas e de ações que, até agora, foram desenvolvidas de modo independente umas das outras (Odum cit. Acot,1990:176)

A compreensão dessa necessidade resulta de uma nova percepção da vida e do universo, que hoje começa a se generalizar. Ela decorre, entre outros fatores, de uma progressiva tomada de consciência, pelo menos em algumas áreas do pensamento, das insuficiências das abordagens unidisciplinares no tratamento de qualquer questão social.

Partindo de diferentes preocupações, alguns teóricos, como, por exemplo Gregory Bateson e Edgar Morin, vêm obstinadamente procurando caminhos metodológicos condizentes com as novas aspirações científicas, que são, em geral, dissociadas de novas necessidades humano-sociais.

Bateson, em seu livro, *Natureza e espírito*, procura mostrar a importância de uma metodologia que nos permita ver o que une todas as coisas: “Que constitui o elo que mantém unidas as estrelas do mar, as anêmonas do mar, as florestas de sequóia e os grupos humanos”(1986:14)

Morin tenta construir uma metodologia que respeite e traduza a complexidade das coisas, dos existentes em geral. Quer articular a ciência do homem à ciência da natureza. Para isso considera necessário rever os princípios de explicação científica tradicionais que se atêm à ordem dos fenômenos, isto é, às leis, às regularidades, aos determinismos, e, expõem do seu âmbito de preocupação as irregularidades, as indeterminações, o casual.

“Certamente, a missão quase vital da ciência até o fim do último século foi a de eliminar o incerto, o indeterminado, o impreciso, a complexidade, Para poder controlar e dominar o mundo pelo pensamento e pela ação ... A ciência nova, em gestação é a que trabalha, negocia com o aleatório, o incerto, o impreciso, o indeterminado, o complexo”(Morin;1982:112)

E acrescenta que é das próprias dimensões abertas pela física atual, pela microfísica, pela cosmo-física, pela termodinâmica, que se verifica a importância da categoria *desordem* na consideração do universo. No caso da biologia, por exemplo, é forçoso reconhecer o acaso. Ele refuta as teses de René Thom concernentes às relações entre as condições da Terra e o surgimento da vida.

“Thom, como puro idealista lógico, pensa que a vida devia aparecer necessariamente sobre a terra. Certamente os encontros que suscitaram a primeira entidade viva obedeceram às leis físico-químicas que se manifestam necessariamente nas condições desses encontros, mas teriam sido, eles próprios, necessários”? (Morin; 1982:113)

Prossegue a argumentação, apontados os dados empíricos que justificariam a posição anti-determinista por ele defendida. A mesma linha argumentação é usada em relação ao pensamento. Deveria ele Ter *necessariamente*, surgido? Então, porque em um único ramo da espécie animal em fase tão tardia?

São inúmeros os questionamentos nessa mesma ordem, dos que acabo de citar que os teóricos das ciências propõem à discussão, em consequência da crise do princípio clássico da explicação. A importância do aleatório impõem-se a cada dia. As ciências modernas reconhecem e enfrentam a contradição, na qual a ciência clássica via um sinal de que o universo obedecia à lógica aristotélica.

Enfim, a realidade é que o pensamento científico encontra-se em processo de transformação desde o começo do século. Vive-se certamente um momento de revolução científica, na linha sugerida por Kuhn, para quem

a evolução científica é uma evolução da própria evolução das coisas e do real, o que significa que a ciência se desenvolve por revoluções paradigmáticas ... Os paradigmas são alguns princípios que associam e dissociam noções fundamentais que comandam e controlam todo discurso teórico) (Op cit. Morin, 1982:51)

Transformam-se os paradigmas, novos princípios se impõem à teorização científica. No caso o que se busca são paradigmas que não falseiem ou anulem a complexidade, como é próprio ao paradigma da *simplificação*, que opera de forma a eliminar todos os aspectos não compatíveis com a linearidade lógica. Eliminação que se processa principalmente, através de processos de *idealização*, de *racionalização*, de *normalização*.

A *idealização* consiste na crença de que a realidade possa ser reabsorvida na idéia, que só o real, seja inteligível; a *racionalização* consiste na utilização de processos metodológicos que possibilitam a mutilação ou fragmentação de uma dada realidade, isto é cabível na coerência lógica de um sistema; a *normalização* permite ou provoca a eliminação do estranhável, do irredutível, do mistério.

Essas considerações sobre o movimento que se processa hoje no âmbito do pensamento científico têm como objetivo indicar os rumos que estão sendo procurados no plano teórico para uma efetiva transformação das relações entre os homens e seu ambiente.

Uma síntese do que venho tentando, sumariamente, expor é feita por Morin num trecho que embora longo, merece ser transcrito, principalmente porque nele também estão ligados diferentes temas que nos interessam aqui:

“Enquanto a ciência clássica fragmenta os fenômenos e impede toda tomada de consciência molar ou global, a nova ciência ecológica faz surgir, por si mesma, problemas simultaneamente fundamentais e urgentes concernentes à vida da natureza, à vida das sociedades. Melhor ainda: a ecologia geral suscita o problema da relação homem/natureza, no seu conjunto, na sua amplitude, na sua atualidade. Suscita um problema de vida e de morte, de devir para espécie humana e para a biosfera. A partir daí, a comunicação entre o *fato* e o *valor* entre a ciência e a consciência encontra-se novamente ativa. A ecologia geral é a primeira ciência que enquanto ciência (e não pelas consequências trágicas das suas aplicações, como a física nuclear e, em breve a genética e a ciência do cérebro), apela quase diretamente para uma tomada de consciência. E é a primeira vez que uma ciência, e não uma filosofia, não põe o problema entre humanidade e a natureza viva. (Epígrafe, Viola & Leis;1991:22)

No seu estudo sobre as relações entre natureza-sociedade, Marx envolve filosofia, economia, história, sociologia, antropologia. Inaugura assim, um procedimento teórico metodológico interdisciplinar, que oferecendo vantagens indiscutíveis, comporta entretanto, difíceis exigências, para não se reduzir a uma simples justaposição das diversas ciências.

Três séculos de domínio de um racionalismo reducionista colocado na linearidade lógica ensinaram-nos a ver fragmentariamente o real. Morin define algumas das suas exigências essenciais:

“Para que haja uma verdadeira interdisciplinaridade, requerem-se disciplinas articuladas e abertas sobre fenômenos complexos e, bem entendido, uma metodologia ad hoc. Requer-se também uma teoria, um pensamento transdisciplinar que se esforce por abarcar o objeto, o único objeto, ao mesmo tempo contínuo e descontínuo da ciência: a *physis*”. (Morin;1973:229)

Na sua obra a Ontologia do ser social, Lukács mostra-se crítico em relação à postura de todas as filosofias do passado, mesmo as *mais importantes* no que diz respeito aos problemas pertinentes ao ser social. Essas filosofias, ele diz, ou acentuam radicalmente as diferenças entre sociedade e natureza, contrapondo um reino da liberdade a um reino da necessidade - como teria acontecido com Kant, ou ao contrário, diluem ou negam as particularidades inerentes ao ser social, estabelecendo uma completa identificação entre os dois planos do ser.

O ser social ele observa “possui muitas zonas que, assim como a natureza, parecem sujeitas à necessidade, à legalidade”. (Lukács;1984:1)

Somente Marx ao seu ver, estabelece o equilíbrio na temática, com a observação de que, se a ontologia geral engloba, ou melhor, compreende os “fundamentos ontológicos do ser”, (Lukács;1984:2) também no ser social há de se verificar a presença de determinações próprias do ser em geral. Ou em outras palavras,

a ontologia da natureza inorgânica, enquanto fundamento de todo existente, é por isso geral, porque não pode haver existente que não seja de qualquer modo fundada na natureza inorgânica. Na via aparecem novas categorias, mas estas podem operar com uma eficácia ontológica somente sobre a base das categorias gerais, com elas interagindo (Lukács;1984:2)

É, entretanto o trabalho a categoria pela qual se deve começar quando se quer chegar à compreensão das especificidades do ser social de um ponto de vista ontológico. Estritamente considerado, em sua forma originária, o trabalho deve se conceituado como “órgão de intercâmbio entre o homem e a natureza” (Lukács;s/d:29)

Nesse processo interativo, geram-se “novas relações da consciência com realidade e, em decorrência ,consigo mesma”.(Lukács:01) Ciências, linguagem, sentimento de liberdade, noções éticas, criações chamadas “do espírito”, que são por sua vez, cada uma delas, dotadas de forte poder estruturante da vida social, vinculam-se, em última instância, à natureza.

O conceito de trabalho, na acepção de Marx só é aplicável, estritamente falando, ao trabalho humano, pois a sua especificidade decorre, essencialmente, da sua dimensão teleológica, que lhe confere o caráter criador, fonte de novas objetividades.

Esse sentido teleológico do trabalho tem sido em geral compreendido, como é manifesto tanto na vida ordinária dos homens em geral como nas científicas, filosóficas ou nas criações míticas. Mas há uma tendência a extrapolá-lo do domínio do trabalho humano, estendendo-o a outras esferas, como se viu ocorrer mesmo entre grandes filósofos. Hegel faz da teleologia o motor da história, Aristóteles a eleva a categoria cósmica. Kant mostra romper com essa idéia filosoficamente arraigada, de um sentido teleológico na natureza e na vida, definindo a esta última como “finalidade sem objetivo”. Mas não aprofundou a reflexão denunciada pelo enunciado referido, talvez em consequência da sua preferência fundamental pelas questões epistemológicas.

Marx, nessa citação de Lukács (s/d:9), é categórico:

“O trabalho não é uma das muitas formas fenomênicas da teleologia em geral, mas o lugar onde se pode demonstrar, ontologicamente, a presença de um pôr teleológico, como momento efetivo da realidade material”.

ACOT, P. *História da ecologia*. Rio de Janeiro, Ed. Campus, 1990, p.212.

BATESON, G. *Natureza e espírito. Uma unidade necessária*. Lisboa, Publicações Dom Quixote,1987.

GUATARRI, F. *As três ecologias*, Campinas, Ed. Papirus, 1990, p.56.

LUKÁCS G. *Zur ontologie des gesellschaftlichem seins*. Darmstadt: Luchterhand 1984, por Mario Duayer. Versão preliminar 1996.

LUKÁCS G. *Ontologia do ser social. Os princípios ontológicos fundamentais de Marx*. São Paulo, Livraria Editora Ciências Humanas, 1979

LUKÁCS G. *Ontologia do ser social. Cap: O trabalho. por Ivo Tonet Mimio*.

MOREIRA, R J. *Pensamento científico, cultura e ECO92*. In **Reforma Agrária** nº 1, v.23, 14-39, 1993.

MORIN, E. *Science avec conscience*, Paris, Fayard, 1982, p.33.

VIOLA E.J. & LEIS, H.R. Desordem global da biosfera e a nova ordem internacional; o papel organizador do ecologismo In: Leis, Hector (org) *Ecologia e política mundial*. Rio de Janeiro, Vozes, 1991